

IMPACTANTE

Com aprovação, PEC do Teto deve interferir na receita de municípios

>> Paulo Desidério
Redação DS

Aprovada em segundo turno no Senado na última terça-feira, 13, a PEC 55 - ou simplesmente PEC do Teto - tem como principal deliberação o estabelecimento de limite de gastos por parte do governo federal pelos próximos 20 anos.

A medida estabelece que as despesas da União (Executivo, Legislativo e Judiciário e seus órgãos) só poderão crescer conforme a inflação do ano anterior. A inflação para 2017, que servirá de base para os gastos, será de 7,2%. Nos demais anos de vigência da medida, o teto corresponderá ao limite do ano anterior corrigido pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os gastos com saúde e educação, setores mais questionados da PEC, só serão enquadrados no teto de gastos a partir de

2018.

Para o cientista político, Gilcélio Peres, a aprovação da PEC é um retrocesso. Segundo ele, mais uma vez o Brasil perde a oportunidade de corrigir erros em seu sistema fiscal que se arrastam há décadas.

“Nós estamos com um rombo nos cofres públicos, gastando mais do que arrecadamos, estamos em uma crise econômica. Ok. Qual é a origem dela? O maior problema é a dívida pública. De onde vem a dívida pública? Vem lá das décadas de 70 e 80, só que ninguém de lá para cá resolveu da maneira como deveria ser resolvida”, afirmou.

Para Gilcélio, várias outras alternativas poderiam ser adotadas pelo governo para buscar resolver a crise, como por exemplo, auditorias. “O problema dessa dívida é que nós estamos pagando juros sobre juros e ela já foi paga. Tem que fazer uma auditoria nela, tem coisa errada. Como é que pode um país rico



Com aprovação, gastos públicos ficam congelados por 20 anos

como o nosso, que produz tanto, sem dinheiro em caixa? Tem coisa errada. Por que só banqueiro teve lucro nesse ano? Então está errada essa política de juros. Tem que fazer uma auditoria, descobrir os problemas

dessa dívida e aí ter uma solução”.

Ainda segundo o cientista político, caso estados adotem medidas semelhantes de congelamento, os municípios podem sentir ainda mais as consequências.

“Com o congelamento por parte do governo federal, os estados também tomam isso como argumento para fazê-lo à luz da PEC 55. Tudo bem que é um congelamento, o valor de repasses será mantido, porém,

isso afeta os municípios drasticamente, principalmente aqueles que dependem de programas do governo federal. Toda essa conta, infelizmente, quem vai pagar novamente serão os mais pobres”, concluiu.

10º FESTIVAL DE
PRÊMIOS
APAE NATAL 2016

SORTEIO
18/12/2016
PRAÇA DA IGREJA MATRIZ
ÀS 16:00 HORAS



PATROCÍNIO

